

A Capitania de Pernambuco, a União das Coroas ibéricas e as possibilidades de negócios para os cristãos-novos entre 1580 e 1620.

Profª Dr. Janaina Guimarães, Universidade de Pernambuco. Campus
Petrolina.

guimaraes.janaina@gmail.com

Resumo

A construção da Capitania de Pernambuco enquanto importante entreposto atlântico e sua inserção nas rotas de comércio são abordadas neste artigo, tendo como marco temporal o fim do século XVI e começo do século XVII. Esta capitania foi local de refúgio e de possibilidades de negócios para os cristãos-novos recém-saídos da Península Ibérica. Vamos observá-la também enquanto alvo das ações administrativas que buscam protegê-la, durante o período de União das Coroas Ibéricas, de comerciantes e corsários estrangeiros, principalmente dos rebeldes das Províncias Unidas, então em conflito com a Espanha. Nesse intuito, analisaremos também as relações dessa capitania com os Países Baixos e as redes que estipulavam as conexões entre ambos, das quais participavam muitos cristãos-novos.

No ano de 1580, quando Felipe II foi jurado rei de Portugal, o açúcar brasileiro alcançava o primeiro lugar na produção mundial. Iguaria¹ esta que atraiu para a América portuguesa um grande contingente de homens interessados nas riquezas possíveis através do cultivo da cana de açúcar e da comercialização de seus subprodutos.² O açúcar já era então bem conhecido

¹ O status do açúcar e suas formas de consumo mudaram dos séculos XV ao XVII devido à maior produção e conseqüente oferta. No entanto, até o momento estudado, fins do século XVI e começo do XVII, ele ainda é considerado uma iguaria. MINZT, Sidney. The old and New World exchange. **Nutrition Today**, 33 (2), 1998, p. 1-5.

² N do A. Até então o processo de produção de açúcar só se fazia a partir da cana, apenas no século XVII desenvolve-se a produção do açúcar a partir da beterraba.

na Europa, mas não acessível a todos, o que demonstra o estudo de Sidney Mintz sobre o desenvolvimento do consumo do açúcar na Europa Moderna.³

Quando foi introduzido na Europa, o açúcar era comercializado como uma especiaria como a pimenta, a noz-moscada e o gengibre. Existiam ao menos cinco formas de utilização do açúcar que se difundiam na medida em que a oferta deste aumentava na Europa. Ele poderia ser utilizado como remédio, condimento, material decorativo, adoçante e na conservação de alimentos.⁴ O seu consumo como especiaria teria chegado ao máximo em fins do século XVI, quando a oferta do mesmo aumenta na Europa, coincidindo com o desenvolvimento da produção açucareira no Brasil. Então os usos do mesmo foram sendo alterados, passando a ser utilizado com maior intensidade pelas classes abastadas europeias.⁵

A Capitania de Pernambuco, doada em 1534 pelo sistema de capitanias hereditárias a Duarte Coelho de Albuquerque, possuía, no ano da União das Coroas Ibéricas, por volta de 60 engenhos responsáveis por mais da metade do açúcar produzido na América Portuguesa. Esses 63 engenhos, em 1591, subiram para 78 em 1609⁶ e em 1623 a capitania de Pernambuco, juntamente com a Paraíba e Itamaracá teria um total de 137 engenhos de açúcar.⁷ Esses números, contudo, não são precisos, e algumas dessas fontes são incompletas, umas se referem aos nomes dos proprietários, como a lista

³ Segundo Mintz, o açúcar foi reconhecido pela primeira vez na Inglaterra no século XII, mas indica que é possível que, pelos povos mediterrânicos, ele fosse conhecido já há mais tempo. MINTZ, W. Sidney. **Dulzura y Poder**. El lugar del azúcar en la historia moderna. Madrid: siglo XXI Editores, 1996.

⁴ Idem, p. 115.

⁵ Como demonstra Eddy Stols em artigo sobre a expansão do mercado de açúcar na Europa, no qual relata um banquete de casamento entre Maria de Portugal e o duque de Parma, Alexandre Farnese, em que todos os itens presentes na mesa são feitos de açúcar. STOLS, Eddy. The Expansion of the sugar Market in Western Europe. In: SCHWARTZ, Stuart B. **Tropical Babylons: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004, Pp. 326-388.

⁶ MORENO, Diogo de Campos. "Relação das praças fortes, povoações e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil, fazendo princípio dos baixos ou ponta de São Roque para o sul do estado e defesa delas, de seus frutos e rendimentos, feita pelo sargento mor desta costa. (1609)". Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, LVII, Recife: IAHGPE, 1984.

⁷ As fontes para esse levantamento são contraditórias, mas há um consenso entre os pesquisadores em relação às listagens de 1609 e 1623, contudo alguns divergem sobre o número de engenhos em Pernambuco em fins do século XVI, aqui aceitaremos o número proposto por Domingos de Abreu de Brito, para quem o preço da arroba do açúcar branco em 1591 era de 800 réis, compatível com os dados expostos no livro de contas de Miguel Dias Santiago. Ver: BRITO, Domingos de Abreu e. Um inquérito à vida administrativa e economia de Angola e do Brasil em fins do século XVI, segundo o manuscrito inédito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa / Domingos de Abreu e Brito. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

elaborada por Israel da Costa, datada de 1623,⁸ e outras não, como a de Domingos de Abreu Brito, de 1591.⁹

A capitania de Pernambuco, a mais rapidamente povoada da América Portuguesa, foi também a responsável pela maior miscigenação na colônia, posto que muitos homens chegaram desacompanhados de suas famílias.¹⁰ Tal miscigenação pode ser observada nos dados da Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil, sistematizados por Tarcizio do Rego Quirino, na qual podemos observar também o número de casamentos realizados entre cristãos-novos e velhos, bem como os dados relativos a origem desses homens e as atividades por eles desenvolvidas.¹¹

Pernambuco então dispunha de três grandes possibilidades de negócio que atraíam os comerciantes reinóis, o açúcar, o pau-brasil e o tráfico de escravos. Contudo esse comércio colonial incluía também uma série de produtos menores que eram trazidos do reino ou das ilhas atlânticas para a colônia, como o vinho, o azeite, o trigo e manufaturas diversas. Para essa circularidade de mercadorias, os comerciantes buscavam desenvolver estratégias que permitiam transportar dos diversos centros de comércio ao menor custo. Para tanto era necessário que suas atividades fossem descentralizadas e que eles pudessem participar da comercialização dos mais diversos produtos e assim não tivessem que recorrer a outras redes e comerciantes para fornecer o que necessitavam, aumentando os custos.

O comerciante cristão-novo Duarte Dias Henriques é um exemplo dessa descentralização. Senhor de engenho em Pernambuco, logo detentor de *asientos* para levar escravos a América espanhola, ele vai participar também da comercialização de tabaco, tão importante para as trocas realizadas na África.¹² Em seu nome, Manuel Dias Henriques comercializava tabaco em

⁸ COSTA, Israel da. *Fontes Para a História do Brasil Holandês: A Economia Açucareira*. Documentos traduzidos e organizados por José Antônio Gonsalves de Mello. v. 1, Recife: CEPE/Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1981.

⁹ BRITO, Domingos de Abreu e. *Um inquérito à vida administrativa e economia de Angola e do Brasil em fins do século XVI*, segundo o manuscrito inédito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa / Domingos de Abreu e Brito. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

¹⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da Família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹¹ QUIRINO, Tarcizio do Rêgo. **Os Habitantes do Brasil no século XVI**. Recife, Imprensa Universitária, 1966.

¹² ALMEIDA, A. A. Marques. **Dicionário Histórico dos Sefarditas Portugueses**. Mercadores e gente de trato. Lisboa: Capo da comunicação, 2009, p.328.

Amsterdã, cidade que será destino de grande parte da produção açucareira em fins do século XVI e também do pau-brasil aqui extraído, que para lá ia servir as indústrias têxteis.

Em fins do século XVI e começo do século XVII, a Capitania ascendeu de importância dentro do quadro das possessões ultramarinas ibéricas pela prosperidade na produção açucareira, desenvolvimento que não passou despercebido aos olhares estrangeiros. Assim a descreveu Gaspar Barleus quando da ocupação holandesa:

Pernambuco é uma das maiores colônias do Brasil, pois tem de costa, entre a foz do S. Francisco e capitania de Itamaracá, 60 léguas. É propriedade do português Duarte de Albuquerque, em cujo nome a governava seu irmão Matias de Albuquerque, o qual viera para Olinda pouco antes de a tomarem os nossos. São onze as vilas e povoações habitadas por lusitanos. A primeira é a capital, Olinda, à beira-mar, notável por belos edifícios e templos. O sítio, por amor das colinas que ela abrange no seu perímetro, é assaz acidentado, de sorte que dificilmente o poderia munir a indústria humana. Na parte mais alta, erguia-se o convento dos jesuítas, de construção elegante e rico de rendas, levantado por el rei D. Sebastião. Era o primeiro que aparecia, com seu aspecto agradável, a quem vinha do mar alto. Ao lado dele, via-se outro - o dos Capuchos, e perto da costa, o dos Domínicos. Na região superior da cidade, estava o mosteiro de S. Bento, protegido pela natureza e pela sua construção. Havia também uma igreja de freiras e mais outras. Tinha duas matrizes: a de S. Salvador e a de S. Pedro.¹³

A capitania tinha na Vila de Olinda, fundada em 1537, seu centro político-administrativo e também comercial. Mesmo que a chegada e o escoamento de mercadorias se fizessem pelo porto do Recife, era em Olinda que os produtos eram comerciados. Alguns cuidados são necessários ao estudarmos as organizações urbanas no período colonial. O estudo do processo de urbanização e de socialização nesses espaços só pode ser desenvolvido tendo em vista alguns aspectos da cultura urbana luso-brasileira. Para tanto, observamos os polissêmicos conceitos de cidade e entendemos que a heterogeneidade entre rural e urbano não foi dada per si, mas sim

¹³ BARLÉU, Gaspar. **História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil**; prefácio e notas de Mário G. Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974, p.40.

construída historicamente. A oposição se dava no período colonial entre a cidade e a natureza, a civilização e a selvageria. Apenas nessa perspectiva nos é possível compreender que o processo de colonização foi guiado a partir de centros urbanos e tendo grupos de origem e mentalidade urbanas a sua frente.¹⁴

Em seu estudo clássico, *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda¹⁵ focou a falta de funcionalidade da ocupação portuguesa, buscando apontar uma negatividade na origem de sua colonização, para ele desprovida de um planejamento prévio. Utilizou, para tanto, a comparação entre o processo de interiorização da ocupação do solo na América portuguesa e espanhola, aludindo ao melhor desempenho da última. Em suas palavras:

Em nosso próprio continente, a colonização espanhola caracterizou-se largamente pelo que faltou a portuguesa - por uma aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados¹⁶.

Contudo, como aponta Centurião, as medidas que previam a contenção da penetração dos colonos no território americano eram extremamente racionais do ponto de vista da necessidade de criar e consolidar núcleos urbanos na costa, entre os quais as vilas de Olinda e Salvador. Tais interesses mercantis e a necessidade de contato com o exterior consolidaram a prática urbana portuguesa na América, que perdurou durante os séculos.¹⁷

Quanto aos aspectos de organização e de assentamento, notamos que há uma preocupação com a pacificação das relações entre portugueses e índios, já que os primeiros não tinham domínio do território bem conhecido pelos segundos. As questões de defesa também eram fundamentais na hora de escolher o local para a fundação dos núcleos, dando aí continuidade à

¹⁴ CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. **A Cidade Colonial no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

¹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 14ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1981,

¹⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. Cit., 1981, p. 62.

¹⁷ Para Luiz Centurião, esse tipo de análise elaborada por Sérgio Buarque de Holanda buscava mostrar que o Brasil colonial não deu subsídios para a formação do Brasil moderno, ideia hoje superada. O que podemos observar do estudo do processo de urbanização portuguesa é uma centrada busca pelo controle do litoral, marcado pela cautela do empreendimento ultramarino em terras americanas. CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. Op. Cit, 1999.

tradição portuguesa da edificação em acrópole. A intenção era unir as preocupações defensivas com a facilidade de circulação dada pelo assentamento no litoral e pela margem de rios navegáveis.

É importante lembrarmos ser a cidade a expressão física da sociedade a qual pertence, a mesma une os valores culturais, as concepções de poder, as hierarquias sociais, enfim, os modos de vida de um povo, incluindo suas noções da relação entre o sagrado e o profano. Assim, destaca-se, na América portuguesa, a preocupação com as edificações religiosas, fruto da intrínseca relação entre a Igreja e o Estado. Os templos e ermidas possuíam um forte valor simbólico e era o que marcava o aglomerado urbano. Sobre a configuração da Vila de Olinda, escreveu o padre João Baers na primeira metade do século XVII:

No mais alto o convento dos jesuítas, para o lado sul, encontrava-se o Convento dos franciscanos. Descendo dos Jesuítas, chega-se à Matriz do Salvador (hoje a Sé), a casa da Câmara, debaixo da qual se encontra o açougue e, em cima dela, à direita, a prisão. Há uma “bela e larga rua”, chamada Rua Nova, que foi a primeira da cidade, e no extremo meridional há o hospital, chamado Misericórdia, pelo qual se “desce um monte com tão áspero, que quase não pode-se subi-lo sem grande esforço e trabalho nem descê-lo sem perigo de cair-se”. Chegando em baixo, encontra-se uma rua onde os mercadores costumavam se reunir e constituir a “bolsa”. Por uma outra subida nem tão alta nem tão empinada, se chegava à Igreja de São Pedro. Que tinha, a seu redor, lojas e armazéns, pois era no extremo da praça, no qual há o rio vindo do Recife.¹⁸

A complementariedade entre o mundo rural, dos engenhos, e o urbano, centrado na vila de Olinda, marca a organização espacial da Capitania de Pernambuco. Esses núcleos urbanos bordeados pelo Atlântico não podem ser pensados de forma independente, temos que levar em consideração a intrínseca relação com outras praças através do comércio e também com as plantações ou o “mundo dos engenhos”, quer fossem movidos por interesses ligados à cana-de-açúcar ou ao pau-brasil. Esses núcleos operavam num ritmo

¹⁸ BAERS, João. **Olinda Conquistada** - Narrativa do Padre João Baers. Traduzido do Holandês por Alfredo de Carvalho, do Instituto Arqueológico e Geographico Pernambucano. Recife: Typographia de Laemmert & C.-Editores, 1898, p. 39-40.

próprio, que não podia ser dissociado, também, da origem mesmo de seus construtores. Esses reinóis estabelecidos na capitania normalmente não viveram em Portugal ligados à produção agrícola. Eram em sua maioria homens urbanos, das cidades marítimas ou de médias e pequenas vilas do interior de Portugal, como mostram as origens dos mesmos nos relatos da Visitação Inquisitorial:

Entende-se que, nesse tipo de sociedade, a conotação agrária de sua economia não exclui a cidade como centro político administrativo. Pelo contrário, a exige, e a própria configuração agrária, tal como se deu historicamente no Brasil colonial, teria sido um processo dirigido a partir da cidade, orientado por um tipo de economia, a economia mercantil.¹⁹

O Recife de então se restringia a pouco mais do que o porto. Em 1587, Gabriel Soares de Souza escreveu: “neste lugar vivem alguns pescadores e oficiais da ribeira, e estão alguns armazéns em que os mercadores agasalham o açúcar e outras mercadorias”.²⁰ O Recife, segundo Frei Vicente Salvador, era:

Uma Povoação de duzentos vizinhos com uma freguesia do Corpo Santo, de quem são os mareantes mui devotos, e muitas vendas e tabernas e os passos do açúcar, que são umas lojas grandes onde se recolhem os caixões até se embarcarem nos navios.²¹

Quem melhor nos informou sobre a localização das ruas e freguesias na Capitania de Pernambuco foi Rodolfo Garcia, em seu prefácio à primeira edição das “Denúncias de Pernambuco (1593-1595)”.²² O autor partiu dos

¹⁹ CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. Op. Cit., 1999, p. 37.

²⁰ SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. Belo Horizonte: Itatiaia, 2001, p. 19.

²¹ SALVADOR, Frei Vicente. História do Brasil (1500-1627). 7.ed. São Paulo: Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1982, p. 114.

²² FUNDARPE. **Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil - Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1995**. Coleção Pernambucana, 2ª fase, vol. XIV. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. pp. IX e X. A partir de agora ao nos referirmos a essa obra utilizaremos apenas Denúncias de Pernambuco ou Confissões de Pernambuco.

nomes das ruas e das freguesias de então e identificou as suas denominações atuais. Em Recife, parte do termo de Olinda, se localizava a Freguesia de Corpo Santo e a três léguas, a Várzea do Capibaribe, com a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário. Já fora do termo de Olinda ficava a Freguesia dos Santos Cosme e Damião de Igarassu, que foi descrita por Gabriel Soares de Souza: “A Vila de Cosmos está junto ao rio Igarassu, que é marco entre a Capitania de Itamaracá e a de Pernambuco; a qual vila será de duzentos vizinhos pouco mais ou menos em cujo termo há três engenhos de açúcar muito bons”.²³

Em Camaragibe, estava a Freguesia de São Lourenço. A Freguesia de Santo Amaro era composta por Jaboatão. No Cabo de Santo Agostinho, tínhamos a Freguesia de Santo Antônio. As várias freguesias que compunham a capitania eram ligadas pelos rios que a cortavam. Gabriel Soares de Souza fez menção às Freguesias de São Lourenço em Camaragibe, de Santo Amaro, de São Miguel de Ipojuca e de Santo Antônio, no Cabo de Santo Agostinho, descrevendo as ligações pelos rios entre o Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca:

Até este cabo é terra povoada de engenhos de açúcar, e por junto dele passa um rio que se diz do cabo (onde também estão alguns), o qual sai ao mar duas léguas do Cabo, e mistura-se ao entrar do Salgado com o rio Ipojuca, que está duas léguas da banda do sul; neste rio entram e saem caravelões do serviço dos engenhos, que estão nos mesmos rios, onde se recolhem como o tempo barcos da costa.²⁴

Pela Capitania se espalhavam os engenhos cuja produção se diferenciava por conta de investimentos e também pelas condições do solo. Esses engenhos eram montados por particulares que recebiam do Donatário sesmarias, mas que precisavam dispor de capital suficiente para a compra de escravos, contratação de técnicos e a construção da moenda. Algumas regiões se destacavam, como explica Evaldo Cabral:

²³ SOUSA, Op. cit., 2000, p. 18.

²⁴ SOUSA, Op. cit., 2000, p. 21-22.

Três quartos das maiores fábricas localizavam-se na 'mata-úmida' de Pernambuco, isto é, na franja costeira do cabo do Uma, e em segundo lugar, na ribeira do Capibaribe (várzea e São Lourenço); o quarto restante espalhava-se pela "mata-seca" (Igarassu e Capitania de Itamaracá), Paraíba e Alagoas.²⁵

Essas regiões mais favorecidas à plantação de açúcar foram primeiramente partilhadas pelo donatário, mas serão logo acessíveis aos recém-chegados em fins do século XVI, seja pela compra ou pelos casamentos entre homens que possuíam as terras e mulheres que, partícipes de famílias de grandes comerciantes, dispunham então de capitais necessários à montagem dos engenhos. Verificamos, assim, vários casamentos entre cristãos velhos e cristãos-novas cuja família passa a investir no comércio da capitania.

A União das Coroas Ibéricas proporcionou uma nova conjuntura política a partir da qual o comércio do açúcar na Capitania de Pernambuco foi grandemente influenciado. As colônias portuguesas sofreram um peso diferenciado ao terem que responder aos interesses da Coroa espanhola em guerra com os Países Baixos desde 1585, quando os últimos buscaram sua independência. Tal conjuntura altera o comércio na medida em que os impedimentos, as preocupações com a defesa, o corso e os interesses espanhóis passam a influenciá-lo. Em decorrência, os lucros da indústria açucareira terão fases de retração e esta logo dividirá com o tráfico para América espanhola a atenção dos mercadores.

Durante o período de união das duas coroas (1580-1640), restrições ao comércio do Brasil foram impostas aos súditos de monarcas cujos países estivessem em guerra com as nações ibéricas. As décadas que se sucederam assistiram ao estabelecimento de medidas restritivas ao comércio Atlântico e aos navios engajados neste trato, em razão de questões comerciais e militares.²⁶

²⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio. O Imaginário da Restauração Pernambucana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.420.

²⁶ RUSSEL-WOOD, A J. **Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808 Rev. bras. Hist**, São Paulo, v. 18, n. 36, p.8, 1998.

Antes da união dos reinos português e espanhol, as tensões entre centros nevrálgicos destes impérios já se faziam sentir. Havia uma rivalidade entre Lisboa e Sevilha na medida em que a Casa de Contratação, situada na última, cerceava a ação de comerciantes situados em Lisboa, que em seu turno favoreciam o contrabando para burlar as proibições da Casa de Contratação. Essas rivalidades se fizeram notar também durante o governo dos Habsburgo, em decorrência da migração de muitos comerciantes portugueses para Sevilha, concorrendo assim com os grupos antes nesta estabelecidos.

As mudanças estruturais que configuraram o governo dos Habsburgo foram analisadas por Antonio Manuel Hespanha, em artigo intitulado *O governo dos Austrais e a “modernização” da constituição política portuguesa*²⁷, no qual o autor aponta as modernizações implementadas pelos monarcas espanhóis, cuja forma de governo, mais centralizada que a portuguesa, permitiu um melhor funcionamento dos sistemas de comunicação e dos aparatos político-administrativos. Nas palavras de Hespanha: “Um primeiro exemplo de modificação estrutural no plano da constituição política é o advento de novas formas de institucionalizar a comunicação política entre a Coroa e os poderes periféricos do reino”.²⁸ Dentre essas implementações, está a criação de uma série de órgãos, entre eles a Junta da Fazenda de Portugal, em 1591, bem como a implementação de um sistema de juntas e conselhos. Essas ações tornavam mais rápida não só a circulação de informações, fundamental, mas também a efetivação de medidas administrativas, como no caso de levantamento de desvios fiscais. Em decorrência dessas mudanças, também foram realizadas visitas e devassas, além de serem nomeados uma série de oficiais administrativos.²⁹ Vale salientar que, por vezes, essa melhora na comunicação se deu através da utilização de canais paralelos por meio de uma série de relações consideradas informais.

²⁷ HESPANHA, Antônio Manuel. O governo dos Austrais e a “modernização” da constituição política portuguesa. **Penélope**. Fazer e desfazer história. n. 2, fev. 1989.

²⁸ Idem, p.51.

²⁹ Esse conflito entre os juízes ordinários e o Juiz de fora foi abordado por Virginia Almoêdo, em tese sobre os poderes governativos na capitania de Pernambuco. Ver: ASSIS, Virgínia Almoêdo de. **Palavra de Rei - Autonomia e Subordinação da Capitania Hereditária de Pernambuco**. 2001. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

As preocupações com os lucros da fazenda e a defesa dos vastos espaços do Império ibérico permearam as ações dos monarcas espanhóis.³⁰ Essas preocupações podem ser observadas em relação à América portuguesa no aumento do quadro burocrático, na ampliação dos poderes dos Governadores Gerais e na criação do Tribunal da Relação da Bahia, cujo objetivo primeiro era melhorar a comunicação do monarca com seu império. Ainda que seja lugar comum afirmar que os cargos exercidos no Atlântico nesse período fossem mal remunerados em relação àqueles nas possessões orientais³¹, os lucros desses homens poderiam advir também da participação em negócios coloniais ou os mesmos poderiam encarar a estadia na América portuguesa como um degrau na escala que os levaria à administração no Oriente ou no próprio reino.³²

Também foram criados o Conselho das Índias, em 1604, e a Junta da Fazenda do Brasil, em 1613. Esses órgãos de alargada jurisdição se contrapunham a alguns dos poderes administrativos já constituídos, dos quais eram autônomos, e era justamente essa independência que os dava funcionalidade. Por meio da Junta da Fazenda do Brasil, foram realizadas visitas de reconhecimento como a que trouxe ao Brasil Diogo do Campos Moreno para fazer um levantamento sobre o comércio do pau-brasil.³³

As redes de poder já constituídas ao longo da administração lusa se sentiram tolhidas por várias das ações administrativas dos monarcas. A participação na administração funcionava por vezes através da mescla na mesma pessoa das funções de senhores de engenho e detentor de algum cargo administrativo, como o que ocorreu em Pernambuco com Duarte de Sá, cristão-novo, membro da câmara de Olinda e senhor de engenho. Essa posição ocupada por Duarte de Sá fez com que o mesmo se identificasse perante o Visitador Heitor Furtado de Mendonça, na primeira visitação do Santo

³⁰ MARQUES, Guida. O Estado do Brasil na União ibérica. Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Felipe II de Portugal. **Penélope**, n. 27, p.7-35, 2002.

³¹ N do A. Essa afirmação vem sendo refutada por vários estudos que buscam demonstrar que as remunerações pelos cargos no Brasil não deixavam a desejar.

³² SOARES, Mafalda. Redes sociais e decisões políticas no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1640. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **Na Trama das Redes: Política e Negócios no Império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

³³ MORENO, Diogo Campos. **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Ministério de Educação e Cultura, 1968.

Ofício ao Brasil, como “dos da governança da terra”, termo utilizado pelos participantes das câmaras de vereadores, alcaides e capitães que, juntamente com os “principais da terra”, compunham a elite dessa sociedade. “Tais grupos apropriaram-se - formal ou informalmente - de um grande número de funções que hoje classificaríamos como ‘públicas’, chegando ao ponto de desenvolver seus próprios exércitos particulares”.³⁴ O que inclusive podemos ver na conquista de novos territórios.

O próprio Governador-geral Gaspar de Souza se envolveu em querelas com a Junta da Fazenda do Brasil pela intervenção em sua jurisdição. E na Capitania de Pernambuco, muitos senhores de engenho e comerciantes tentaram dificultar um levantamento fiscal, realizado por André Farto da Costa. Essa querela se estendeu por quatro anos e envolveu até o Capitão Donatário, suspeito também de sonegação. Esses e outros conflitos geraram a extinção ou suspensão das atividades de alguns órgãos, como o Conselho da Índia, extinto em 1614, a Junta da Fazenda, que funcionou por apenas dois anos, e o Tribunal da Relação da Bahia, cujas atividades foram temporariamente suspensas em 1626.

A defesa do território português na América foi uma das preocupações centrais dos Habsburgo, destarte as ideias geradas entre 1580 e 1640, de que os monarcas espanhóis não se preocupavam com a proteção do império luso. Essas foram algumas das justificativas dos restauradores de 1640 e coadunam com a da ausência do rei, como se este não se fizesse presente, ou não tivesse Portugal e seu império em mente ao tomar suas decisões.³⁵ Contudo, a correspondência entre o rei Filipe II de Portugal e o governador do Brasil, Diogo Botelho, entre os anos de 1602 e 1608, contribui para um melhor entendimento da questão. Nesse conjunto de cartas são discutidas as preocupações com as embarcações estrangeiras³⁶, com os rebeldes holandeses³⁷, com o extravio

³⁴ CARDIM, Pedro. O governo e administração do Brasil sob os Habsburgo e os primeiros Bragança. *Hispania*, LXIV/1, n. 216, 2004, p. 145.

³⁵ Essas ideias são analisadas em sua profundidade por Fernando Bouza-Alvarez, em artigo na revista *Penélope*. BOUZA-ALVAREZ, Fernando. Lisboa sozinha, quase viúva. A cidade e a mudança da Corte no Portugal dos Filipes. *Penélope*. **Fazer e desfazer a História**. Lisboa, nº 13, 1994. P. 71-93. Ver também: MEGIANI, Ana Paula. **O rei ausente**. São Paulo: Alameda, 2004.

³⁶ Carta de 31 de março de 1605. Correspondência de Diogo Botelho. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 73, parte 1, 1910. (as cartas que seguem constam da mesma publicação)

³⁷ Carta de 30 de agosto de 1606, entre outras.

das divisas da coroa³⁸ e as necessidades de construção de fortificações da América portuguesa. Assim escrevia o rei em novembro de 1605:

Considerando eu ao muito que me convém a meu serviço e à aquietação de meus vassallos e defesa deste Estado da incursão dos corsários que continuamente o inquietam, estarem fortificadas as praças desta cidade do Salvador, e o porto do arrecife, na Capitania de Pernambuco, por serem as principais dele. Havendo também respeito às lembrança que sobre isto me fizestes e a me pedir com muita instância a Câmara desta cidade.³⁹

O Brasil foi entendido desde o início da União das Coroas Ibéricas como estratégico, fosse pelo recente desenvolvimento açucareiro ou como escala dos navios que cortavam o Atlântico em direção à América espanhola, se constituindo enquanto paragem e barreira defensiva das riquezas de Potosi. O Brasil era também importante para a defesa das embarcações que regressavam da Índia e das embarcações que iam para o Oceano Índico.

O corso também preocupava as autoridades ibéricas, este ocorria não só por parte dos holandeses, mas também dos ingleses e dos franceses no litoral. Até nós chegaram relatos sobre mercadores que se dirigiam ao Porto quando os navios em que viajavam foram tomados por corsários ingleses. Entre eles estava o do mercador cristão-novo Miguel Dias de Paz,⁴⁰ filho do também mercador Duarte Dias. A caravela partiu da Bahia e, quando já estavam próximos da cidade do Porto, foi sequestrada por ingleses “luteranos”. E, junto com mais seis pessoas, Miguel foi deslocado para a nau dos ingleses, na qual esteve por treze ou quatorze dias até chegar à Inglaterra. Esse é um exemplo de como o corso grassava no Atlântico, sucumbindo as frágeis caravelas portuguesas.

Portanto, como apontou Pedro Cardim, a integração dos domínios das Américas espanhola e portuguesa ocorreu especialmente em decorrência dos

³⁸ Carta de 20 de outubro de 1606. Essa carta refere-se à diligência que fez Diogo do Campos Moreno sobre o pau-brasil em Ilhéus.

³⁹ Carta de 20 de novembro de 1605.

⁴⁰ FUNDARPE. **Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil - Confissões de Pernambuco 1594-1595**. Documentos para história do Nordeste, III. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970, p. 51.

interesses comerciais e militares⁴¹. Foi, sobretudo, a necessidade de defesa do território e das rotas comerciais contra os holandeses, franceses e ingleses que proporcionaram a união de fato das duas Américas. Essa união não suplantava, contudo, o medo que os portugueses tinham da intromissão dos espanhóis em seus lucrativos negócios ultramarinos. Esse medo também pesava sobre os espanhóis, justificado pelo crescente número de portugueses na América Espanhola a partir de fins do século XVI.

Outro grande problema para administração portuguesa na capitania foram as negociações estabelecidas pelos diversos comerciantes com o Norte europeu. As relações da capitania de Pernambuco com os Países Baixos, e logo com as Províncias Unidas, declaradas independentes, fizeram parte da constituição da indústria açucareira. Portugal não dispunha de condições para sozinho fazer os investimentos necessários nem de suprir sua colônia de manufaturas. Desde cedo, vinham do Norte da Europa manufaturas, trocadas por açúcar e pelo sal, tão necessário à indústria pesqueira desenvolvida nos Países Baixos. O local dessas trocas foi primeiramente a cidade da Antuérpia, considerada o centro comercial europeu em fins do século XVI, e logo em Amsterdã, pela transferência de pessoas e capitais após a permanência da Antuérpia sob o domínio espanhol. Em artigo da década de 60 do século XX, Angel Sluiter aponta essas relações para os anos anteriores a 1621, ou seja, antes da formação da Companhia das Índias Ocidentais. Assim ele as descreve:

O navio saía da Holanda, navegando por uma rota alemã levando cereais, outras matérias cruas e manufaturas para Portugal, lá descarregava parte da mercadoria, conseguia uma licença para o Brasil, usando um piloto português e colocando fiança para retornar por Portugal. Descarregando as mercadorias exceto o que ia para o Brasil. O navio então era carregado de vinho, azeite e manufaturas adicionais ainda em Portugal, ou exclusivamente de provisões e vinhos na Madeira e nas Canárias. Pago os impostos prescritos cruza o Atlântico, geralmente para a Bahia ou Pernambuco, onde ficava por volta de quatro meses. Tempo de recarregar com açúcar, pau-de-tinta e algodão para o retorno.⁴²

⁴¹ CARDIM, Pedro. Op. Cit., 2004.

⁴² SLUITER, Angel. Os holandeses no Brasil antes de 1621. Revista do Museu do Açúcar. p. 76, 1968., p. 76.

As embarcações portuguesas não eram adequadas para o transporte do açúcar, já as urcas fabricadas no norte europeu comportavam maior quantidade de caixas e eram mais velozes. Mesmo no período de guerra entre a Espanha e as províncias unidas, várias urcas foram fretadas por portugueses para fazerem o transporte do açúcar. Essas relações são também detectadas pelos cronistas. Frei Vicente Salvador, por exemplo, escreveu que “costumavam vir ao Brasil urcas flamengas despachadas e fretadas em Lisboa, Porto e Viena, com fazendas de sua terra e de mercadores portugueses, para levarem açúcar.”⁴³ Importante lembrar que o tráfico de escravos também utilizava essas embarcações. Pelas denúncias ao Santo Ofício, sabemos que, de Angola, veio a Pernambuco Gabriel da Costa numa nau flamenga em 1594, mercador “estante” na Rua da Rocha quando ocorreu a Visitação.⁴⁴

Os cristão-novos portugueses fundaram, em fins do século XVI, três comunidades em Amsterdã, e no século XVII conseguem o reconhecimento enquanto comunidade judaica⁴⁵. Esses homens, em sua maioria comerciantes, haviam migrado de Portugal em busca de tolerância religiosa⁴⁶ e oportunidades financeiras.

As mercadorias lhes chegavam às mãos normal e pacificamente, desempenhando nisso um notável papel os judeus exilados de Portugal por causa da Inquisição. Estes, que eram numerosos em todos os Países-Baixos, e mais particularmente nos grandes centros comerciais, continuavam ligados aos congêneres da mãe-pátria por laços familiares e

⁴³ SALVADOR, Frei Vicente. Op.cit., 1982, p. 292.

⁴⁴ FUNDARPE. Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil - Denúncias e Confissões de Pernambuco - 1593-1995. Coleção Pernambucana, 2ª fase, vol. XIV. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984, p.147.

⁴⁵ KAPLAN, Yosef. Judios Nuevos en Amsterdam: Estudios sobre la historia social e intelectual del judaísmo sefardí en el siglo XVII, Barcelona, Gedisa, 1996.

⁴⁶ N do A. Há uma clara diferença entre tolerância religiosa e liberdade religiosa, por mais que se fale do status de que gozavam os judeus no Recife, durante o governo de Maurício de Nassau, é importante frisar que o que eles tinham era liberdade de consciência decorrente da tolerância religiosa, não da liberdade, o que quer dizer que podiam professar dentro de suas casas a fé que lhes parecesse, mas não em público. É certo, também, que os próprios holandeses, embora concedessem no Brasil liberdade de consciência, cerceavam a liberdade de culto: aos Católicos proibiam as procissões externas; aos Judeus negavam o culto público.” MELLO, José António Gonsalves de. **A Rendição dos Holandeses no Recife** (1654). Editora Universitária UFPE: 1979, p. 43.

por interesses vários, ou ainda com os que tinham passado ao Brasil, correspondendo-se e transacionando entre si.⁴⁷

Muitos holandeses driblavam as proibições de levarem diretamente açúcar ao norte europeu, seguindo direto para aqueles portos: legal ou ilegalmente metade ou dois terços do açúcar produzido no Brasil em finais do século dezesseis foi transportado para os Países Baixos. Os “Livros das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595-1605”⁴⁸ foram representativos desse contingente. Elaborado pelo desembargador Sebastião de Carvalho, datando do ano de 1608, o livro contém o registro de diversas urcas, seus carregadores no Brasil e seus consignatários, supostamente, em Lisboa. Nesses registros, observamos que muitas dessas embarcações, apesar de terem seus impostos pagos na capital portuguesa como se tivessem lá chegado, de fato desembarcavam em Flandres, Antuérpia, Hamburgo e Amsterdã.

O cronista Domingos de Abreu e Brito, ainda na década de 90 do século XVI, se queixava desses desvios do açúcar para o norte da Europa.⁴⁹ Para efetivação desses “desvios”, participaram em Pernambuco 38 carregadores cristãos-novos, e estes comerciantes tinham também em Portugal outro representante de sua rede comercial que assinava como se tivesse recebido a mercadoria.⁵⁰

⁴⁷ SALVADOR, José Gonçalves. **Os Cristãos-novos: Povoamento e Conquista do Solo Brasileiro, 1530-1680**. São Paulo: Pioneira, Universidade de São Paulo, p.329.

⁴⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. “Os Livros das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595-1605”. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife, 1993, p. 21-145.

⁴⁹ BRITO, Domíngos de Abreu e. **Um inquérito à vida administrativa e economia de Angola e do Brasil em fins do século XVI**, segundo o manuscrito inédito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa / Domingos de Abreu e Brito. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

⁵⁰ Listamos primeiramente os carregadores, porque, situados em Pernambuco nos últimos anos do século XVI e primeiros do XVII, mantinham com o Norte europeu essas ligações. Lembramos que muitos dos consignatários também estiveram em Pernambuco, o que observaremos ao longo de nossa tese. Entre os carregadores reconhecidos como cristãos-novos estavam Ambrósio Fernandes Brandão, André Gomes Pina, Antônio Dias do Porto, Antônio Mendes, Bento Álvares, Diogo Soares, Duarte Dias de Flandres, Duarte Dias Henriques, Duarte de Sá, Duarte Ximenes, Fernão Soares, Filipe Diniz do Porto, Francisco Dias Soares, Francisco Lopes Homem, Francisco Rodrigues do Porto, Gaspar Fernandes Anjo, Gaspar Ximenes, Gomes Rodrigues Milão, Henrique Rodrigues, João Nunes de Matos, João Ribeiro, João Soeiro, Jorge Fernandes, Jorge Ferreira, Jorge Tomás, Luís Antunes, Manuel Carvalho, Manuel Nunes Lopes, Manuel Nunes, Manuel Nunes de Matos, Manuel Rodrigues do Porto, Manuel Vaz Pimentel, Miguel Dias de Santiago, Paulo de Pina, Pedro Henrique, Pedro Lopes, Pedro Lopes de Vera, Simão Vaz e Tomás Fernandes. MELLO, José Antônio

Essas relações comerciais são também descortinadas pelos registros notariais de Amsterdã, que, entre os anos de 1595 e 1639, nos apontam as transações entre o Brasil e aquele centro. Nesses registros, muitos comerciantes são identificados como membros “da nação portuguesa”. Contudo, a riqueza dos mesmos compreende uma gama maior de informações, entre as quais contratos realizados por membros da nação portuguesa para o carregamento de algodão para portos ingleses, contratos para importação do sal, registros de casamento entre membros da Nação, em que constam como testemunhas cristãos-novos que se estabeleceram em Pernambuco, entre muitos outros.⁵¹

As ligações dos comerciantes situados em Pernambuco com os membros da nação portuguesa em Amsterdã foram fundamentais para minimizarem os estragos causados pelo assalto a carregamentos de açúcar, tão comuns nas águas atlânticas. A extensão dessas redes podia por vezes proporcionar o resgate de carregamentos apreendidos através do corso, principalmente pelos ingleses. Representativo disso é o registro de 6 de maio de 1606, no qual vários comerciantes cristãos-novos passam procuração a dois comerciantes de Londres. Essa procuração tinha como objetivo retomar uma embarcação sequestrada por corsários ingleses ao sair de Lisboa cuja carga de açúcar fora vendida em Londres. Entre os prejudicados, encontramos alguns cristãos-novos com passagens por Pernambuco, como Duarte Saraiva, Duarte Fernandes e Manuel Lopes Homen⁵².

O comércio holandês com o Brasil prosperava sempre graças ao papel de intermediários desempenhado por “muitos bons e honestos portugueses, na sua maioria moradores de Viana e do Porto”, os quais, depois da formal proibição baixada em 1594 contra a participação da Holanda no comércio com a colônia, espontaneamente se ofereceram para continuá-lo, sob a proteção de seus nomes e de sua bandeira’... Muitos desses

Gonsalves de. “Os Livros das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595-1605”. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife, 1993, p. 21-145.

⁵¹ Cada grupo de registros, publicados na Revista Rosenthaliana, é tesouro em termos de identificação dos portugueses com relações no norte europeu ou lá estabelecidos. NOTORIAL RECORDS IN AMSTERDÃ RELATING TO THE PORTUGUESE JEWS. In: Studia Rosenthaliana: Journal for jewish literature and history in the Netherlands, University Library of Amesterdã. Vol. I ao XV (publicados desde 1967, coleção acervo Instituto Ricardo Brennand).

⁵² 6 de maio de 1603. Arquivos Notariais. 94, Fl. 173-175. In: Studia Rosenthaliana, Vol.II, nº2, 1968, p. 270.

“bons e honestos portugueses”, se não a maioria deles, descendiam de cristãos-novos ou marranos.⁵³

O aprendizado dos comerciantes cristãos-novos situados em Amsterdã passava por comumente pela participação desde pequenos nos negócios familiares, entre os quais o comércio no Brasil. Era comum tanto mandar seus filhos para o aprendizado nos negócios em Pernambuco ou na Bahia como também o seu contrário: mandá-los do Brasil a outros portos, como o fez João Luis Henriques, cujos filhos, Jerônimo Henriques e Manoel Sanches, estavam em Amsterdã em 1613. O segundo representava o seu pai na *Santa Companhia de órfãos e donzelas*, sob o nome judaico de Joseph Cohen.⁵⁴

O mercador flamengo André Pedro se incluiu nessa lista de homens crescidos dentro das redes de comércio. Ele saiu de sua terra natal ainda com treze anos, ficando em Lisboa por volta de nove anos, nos quais trabalhou para diversos mercadores. Depois esteve em São Tomé e Angola e disse estar no Brasil em 1586. Ele trabalhava para os irmãos Fernão e Diogo Soares, cristãos-novos, servindo de caixeiro e respondendo a interesses de mercadores moradores na Alemanha.⁵⁵ Os Soares por sua vez contavam no reino com o suporte de um outro irmão, André Soares, que cuidava de seus interesses em conjunto com Simão Vaz, também comerciante cristão-novo.⁵⁶

Um dos homens que viviam entre idas e vindas entre Pernambuco e o Norte Europeu foi Manuel Homem de Carvalho, preso pelo Santo Ofício em decorrência de várias denúncias feitas a seu respeito na Segunda Visitação do Santo Ofício ao Brasil, entre 1618 e 1621. Ele foi entregue nos cárceres do Santo Ofício lisboeta em 3 de junho de 1620⁵⁷. Através de seu processo, conhecemos os caminhos percorridos por esse comerciante. Por volta de 1591, ele chegou à Capitania de Pernambuco, acompanhado de seu tio, o também mercador Francisco Lopes Homem, que logo regressou ao reino. Assim,

⁵³ Boxer, Charles. **Os Holandeses no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: [s.n.] ,1961. p. 27-28.

⁵⁴ Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo inquisidor, visitador e licenciado Marcos Teixeira. Livro das Confissões e Ratificações da Bahia - 1618-1620. Introdução de Eduardo d'Oliveira França e Sônia Siqueira. São Paulo: **Anais do Museu Paulista**. tomo XVII, 1963, p. 509. Daqui por diante, ao nos referirmos a essa obra, vamos chamá-la de Segunda Visitação.

⁵⁵ Livro das Denúncias de Pernambuco, p. 258.

⁵⁶ INDEX das Notas de Varios Tabelliães de Lisboa, entre os Annos de 1580 e1747, 4 vols, Lisboa, s.n., 1930. Vol. IV, p. 339.

⁵⁷ Inquirição de Lisboa, processo de Manuel Homem de Carvalho. nº 3157.

Manuel ficou em Pernambuco cuidando dos negócios de seu tio, mas já estava em Angola, durante a Visitação, e logo regressou a Pernambuco, provavelmente, com escravos africanos.⁵⁸

Ao ser processado pela inquisição lisboeta em 1621⁵⁹, Manuel disse ter sido morador da cidade de Salvador na Bahia, onde foi denunciado e prestou confissão em 1620, na qual declarou ter quarenta anos. O mercador foi preso, um ano depois residia já em Angola, tendo feito antes uma passagem por Pernambuco. As relações com a Holanda são minuciosamente descritas: começa por dizer que há oito anos ou dez anos⁶⁰, mais ou menos, foi a Flandres na companhia de seu sogro, Diogo Lopes da Ilha, morador em Pernambuco e membro da Irmandade de São João.

Essas intrincadas relações deram a tônica dos anos que antecedem a invasão holandesa em Pernambuco. A condição estratégica da capitania e a produção açucareira, bem como a presença de muitos cristãos-novos que tinham parentes ou conterrâneos no norte europeu serviram para driblar as dificuldades impostas pela administração. A união das coroas ibéricas, as redes de comércio, com participação expressiva de cristãos-novos e as tentativas da administração em diminuir a ação estrangeira no comércio do açúcar foram determinantes para a conjuntura de tensão e hostilidades com os países baixos entre 1620 e 1630, culminando com a tomada de Pernambuco.

⁵⁸ FUNDARPE. Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil - Denúncias e Confissões de Pernambuco - 1593-1995. Coleção Pernambucana, 2ª fase, vol. XIV. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984, pp. 113 e 115.

⁵⁹ Inquisição de Lisboa, Processo de Manuel Homem de Carvalho. n.º 3157.

⁶⁰ Por vezes, no processo, fala de oito anos, outras vezes em dez, ambas as confissões datam do mesmo ano.